
ICANN81 | Assembleia Geral Anual – Encontro conjunto: GAC e ASO
Terça-feira, 12 de novembro de 2024 – 15h às 16h TRT

JULIA CHARVOLEN: Bom dia. Bem-vindos à sessão do GAC com a ASO, 12 de novembro 2024. Tenham presente que essa sessão vai ser gravada e se rege pelos padrões de comportamento esperados da ICANN e só vão ser lidas aquelas perguntas e comentários que estejam no período de perguntas e respostas.

Se quiserem falar, levantem a mão no Zoom, avisem qual é o idioma que vão falar se for diferente do inglês, vai haver a tradução para os idiomas das Nações Unidas mais português. Passo a palavra para Nico Caballero, presidente do GAC.

NICO CABALLERO: Bem-vindos todos. Vamos começar. Ocupem seus lugares. Vamos começar com a reunião do GAC com a ASO. Dou as boas-vindas a Hans Petter, Hervé Clément e a Nick da ASO. E também está Christine Arida, do Egito, Thiago, da Colômbia, Nigel Hickson do Reino Unido, meus distintos Vice-Presidentes. Essa sessão vai levar até 16h00, hora local e vamos falar sobre alguns detalhes interessantes que Hans Petter e sua fantástica equipe vão compartilhar conosco. Bem-vindos novamente. Hans tem a palavra.

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

HANS PETTER HOLLEN: É um prazer estar com vocês aqui mais uma vez. Essa é uma sessão de introdução sobre ASO. De que se trata? Há alguns dias já falamos e agora vamos passar aos princípios propostos no documento ICP-2.

Eu acho que foi no ano 2000, quarto de século, foi publicado um documento com critérios para a criação de novos registros regionais de internet e naquela época eu estava no Conselho de Direções, na equipe de líderes e eu enviei a consulta a esse documento antes de ser enviado a diretoria, e depois se estabeleceu LACNIC E AFRINIC. Ou seja, esses critérios foram utilizados duas vezes para criar dois IRs.

25 anos depois, estamos num mundo totalmente diferente, precisamos atualizar esse documento. O primeiro princípio é que a região de cobertura deve cumprir um alcance ou ter um alcance definido pela ICANN. Então, temos que ver que há cinco registros regionais de internet, este número funcionou até agora, e depois esse novo registro de internet.

NICO CABALLERO: Desculpe pela interrupção, mas, por favor, fechem a porta da sala porque estamos escutando muito barulho. Por favor, respeitemos o que Hans está dizendo e também a sua equipe. Por favor, fechem a porta. Desculpe, Hans, pela interrupção. Isto estava gerando alguma confusão.

HANS PETTER HOLLEN: Vejo que o CTO da ICANN está muito ocupado falando no fundo da sala, mas com certeza agora vai prestar atenção, muito bem. Então,

devemos demonstrar o amplo apoio ou contribuição da comunidade da região proposta, ou seja, é um enfoque a partir das bases.

E também deve existir uma estrutura de governança própria para ter uma estrutura local, ser imparcial quanto a todas as partes interessadas e também tem que ter experiência e conhecimento técnico, tem que cumprir com as políticas globais referidas a conservação, consolidação e registo no espaço de endereços, deve ter um plano de atividades, um plano de financiamento, manter registros e a confidencialidade.

Isto é basicamente o quadro apresentado e os requisitos que se estabeleceram naquela época para AFRINIC e LACNIC, também está RIPE NCC, e APNIC, que são anteriores a ICANN, mas que cumprem esses princípios. Agora vou passar a palavra a Nick que vai falar sobre o projeto de revisão liderado pelo Conselho Executivo da NRO, integrado pelos diretores executivos de todos os RIRs, exceto pela AFRINIC, que não tem diretor executivo nesse momento. Devemos trabalhar nos procedimentos de implementação e também devemos revisar esse documento, o ICP-2. E Nick vai falar sobre esta parte da apresentação.

NICK NUGENT:

Muito obrigado, Hans Petter, em primeiro lugar, decidimos que era um projeto muito grande o fato de revisar um documento que já está em vigor há 20 e poucos anos, este é um projeto muito ambicioso. E talvez o melhor enfoque não é fazer um documento novo a partir do zero.

Pensamos que talvez pudéssemos fazer isso em duas etapas, então poderíamos ver princípios fundamentais recomendados e depois convidar a comunidade a apresentar os seus comentários sobre esses princípios e, segundo os comentários recebidos, avançar e redigir um texto completo. Então compartilhamos os princípios, publicamos para sua revisão por parte dos RIRs e também através do processo de consulta da ICANN.

Houve reuniões desses RIRs no qual a comunidade se manifestou livremente, mas também há uma enquete que vai junto com os princípios. Todos têm a liberdade de participar e recebemos com beneplácito os comentários sobre os princípios para cada um.

Perguntamos se estavam de acordo ou não. Há diferentes escalas em cada resposta e também há um espaço onde podem escrever e fazer seus comentários sobre cada princípio e um campo adicional para que escrevam seus comentários sobre todo o projeto em termos gerais. Isso já está publicado e está disponível até 6 de dezembro e terminada esse processo de consulta, vamos analisar o comentário recebido. Assim, vamos proceder e redigir todo o documento completo.

Até agora, entre outros comentários que recebemos, há um comentário que diz que deveríamos explicar um pouco mais os princípios e não publicar para sua leitura. E é o que vamos fazer nesta reunião. Vamos apresentar cada um dos princípios. Não vou ler agora um por um, mas destaquei na cor amarela os princípios que consideramos mais

interessantes e que justificam esse processo de revisão para ter essa segunda versão do documento.

Passemos aos princípios então. Organizamos o documento em diferentes categorias, cada uma com seu título. Primeiro estão os princípios sobre governança. Começamos com o princípio da autoridade, que claramente diz que a ICANN decide, em última instância, reconhecer ou não reconhecer um registro regional da internet existente, a ICANN não procede de forma unilateral, esse tema deve ser apresentado à ICANN com o acordo de todos os registros regionais de internet e cada um desses registros deve ter sido consultado e deve ter tido a oportunidade de apresentar seus pontos de vista.

Estou resumindo o princípio. O teste está à disposição para que vocês possam ler. Além disso, explicitamos claramente o mecanismo através do qual se pode emendar o documento ICP-2 com o acordo da ICANN de todos os RIRs. Com que frequência vai ser atualizado o ICP-2? Não podemos prever, mas é sempre bom ter um claro mecanismo de atualização.

Esperemos que não passem outros 20 e tantos anos até a próxima atualização. Adicionamos um princípio de retificação que disse o seguinte, vamos supor que se atualiza o documento ICP-2, mas a política, os estatutos de algum RIR que coincide com essa nova versão do ICP-2. O que fazemos no caso? Sempre pedimos comentários ao

respeito e decidimos que não queríamos que o RIR operasse sobre princípios diferente dos outros registros.

Então os registros têm que fazer com que suas políticas, seus estatutos, seus documentos coincidam com o ICP-2 para estar em ordem com todo o ecossistema dos registros. Temos uma sessão também chamada Ecossistema dos Registros Regionais de Internet, RIR, e aqui não destaquei nenhum príncipe na cor amarela, porque basicamente repete o que está no documento atual.

Por exemplo, que os RIR têm que trabalhar de forma conjunta para garantir que todas as áreas do mundo recebam serviços de forma contínua e a região de serviço é uma região que abrange múltiplas nações. É uma região multinacional, plurinacional para cada RIR e também está o ciclo de vida de cada um desses registros.

A versão dois do documento ICP-2 e está implementando melhoras com respeito a versão anterior, já que reconhece três ciclos ou etapas distintas no ciclo de vida de um registro regional de internet e está a parte do reconhecimento, ou seja, uma entidade é reconhecida como tal, como Registro Regional de Internet.

E esse processo ou projeto também quer conseguir o seguinte, depois de seu reconhecimento, o RIR tem que continuar operando conforme os princípios pelos quais foi reconhecido em primeira instância. Então, depois do seu reconhecimento, o Registro Regional de Internet deve

continuar cumprindo os mesmos requisitos e isso deve ser verificável através de auditorias.

Agora, há um processo através do qual um RIR que não cumpre com esses requisitos pode não continuar sendo reconhecido como tal, podemos tirar o reconhecimento como tal e podemos ver que existem ou existe uma intenção de reabilitar ou de reinstalar um RIR que possa estar passando alguma dificuldade.

Também estão os princípios de reconhecimento. Basicamente são os mesmos que estão na versão atual do documento. A comunidade deve apoiar as entidades reconhecidas como registros regionais de internet e devem se comprometer com o apoio financeiro e de outra natureza a essas entidades. Está o Grupo de Princípios sobre a Área Operacional.

Um registro deve ser financeiramente estável e independente. Deve ser uma entidade sem fins lucrativos. Como cumprir princípios de governança corporativa, deve estar incentivado pela comunidade e operado pela comunidade. Também existem outros princípios operacionais que estamos propondo e, sob nosso ponto de vista, podem responder perante situações que podem se apresentar no caminho.

Por exemplo, o princípio de transparência, o registro regional de internet deve manter registros exaustiva e detalhada da sua governança, suas atividades e finanças e deve publicar toda essa informação. O princípio também de auditoria, através do qual um

terceiro, um auditor externo independente, tem que auditar, fiscalizar com periodicidade cada registro regional de internet para que verifique o cumprimento das suas obrigações, que estabelece o documento ICP-2.

Também está o princípio do serviço que tem que ser confiável, estável, seguro e preciso, também o princípio de continuidade. E aqui vemos que um registro RIR deve ter mecanismos que permita que outros registros o ajudem ou, caso necessário, de emergência, assumam as suas operações e também fizemos uma proposta geral chamado anti-captura, o RIR deve se proteger e ser capturado por outra organização.

Esse não é o documento completo, é um texto muito genérico. Isso pode variar em termos operacionais para cada RIR, talvez existam alguns cargos na diretoria que devem ser ocupados por pessoas independentes, etc. Todos esses detalhes vamos incorporar no documento final, o que nos interessa agora é saber quão importante ou não são esses princípios e também há um princípio geral de estabilidade do ecossistema.

Não sei se esquecemos alguma coisa importante que permita proteger o sistema dos RIRs. No caso, se garante que cada RIR opere de forma tal de manter a estabilidade de todo o ecossistema no seu conjunto. E, por último, na parte da retirada do reconhecimento ou da cassação do reconhecimento, temos o seguinte: como o reconhecimento pode ser retirado, há um RIR, deve existir um mecanismo que garanta uma

transferência das operações sem inconvenientes e aqui queremos ser muito enfáticos.

Propusemos um princípio de solução de viés que significa que o propósito é reinstaurar, reabilitar esse registro regional de internet e que os outros registros se comprometam a ajudá-lo. E com isso, conclui a apresentação dos princípios. Não são muitos. Esperamos ter o documento final e que seja muito mais extenso. Esses são os princípios que publicamos para receber os seus comentários. Obrigado.

NICO CABALLERO: Muito obrigado. Abro espaço para perguntas e comentários. Hervé.

HERVÉ CLEMENT: Se me permitem, quero destacar uma coisa a respeito da apresentação de Nick, um documento de quatro páginas. A ideia era que fosse o mais simples possível. A informação que queríamos fornecer, não queremos criar nem inventar nada de zero para desenvolver esse princípio até a oportunidade da revisão e aí fazer perguntas sobre como está desenvolvido o sistema. Passaram 25 anos, temos muita experiência que nos serviu para atualizar e adaptar esses critérios. Queremos que seja mais congruente do que era antes. São poucas páginas, que se unem a tudo aquilo que foi escrito com anterioridade. Obrigado.

NICO CABALLERO: Obrigado, Hervé. Antes de passar a palavra para Trindade Tobago para a pergunta e comentário. Vamos ver se damos uma salva de palmas para (inint) [00:19:50] porque ele recebeu o prêmio. Parabéns. Eu sei que você foi vice-presidente, eu não estava no GAC naquele momento,

mas não queria deixar de parabenizá-lo. Por favor, ocupe seu lugar. Fala Trinidad e Tobago.

KAREL DOUGLAS: E mais uma vez parabéns para Rodrigue. Voltando para o tema da política. De um lado, uma pergunta a respeito das definições. Falamos de comunidade e de membros, mas não fica claro para mim quem seria cada um deles.

HANS PETTER HOLEN: Obrigado pela pergunta. Os RIRs atuais operam como organizações membro. Poder ser membro é aberto, então qualquer um pode ser membro. Os processos de políticas não estão limitados aos membros mais abertos a comunidade pode ser confuso, mas a comunidade é maior do que a quantidade de membros. Então todas as partes interessadas, inclusive os governos, são convidados e bem-vindos a participar no processo de políticas dos RIRs em pé de igualdade. Não sei se está respondida à pergunta.

KAREL DOUGLAS: Muito obrigado. No RIR típico, quem seriam os membros?

HANS PETTER HOLEN: Temos as grandes empresas das telecomunicações, como Deutsche Telecom, France Telecom, tanto quanto outras menores que há instituições governamentais, bancos. Os membros são bem diversos. RIPE NCC tem 20.000 membros, há outros que tem 4.000, varia na região, mas fornecedores de serviços de internet existem, são grandes ou pequenos e manejam suas próprias redes.

NICO CABALLERO: Tem a palavra o Egito.

MANAL ISMAIL:

Obrigado, Nico. E obrigado a todos pela apresentação. De fato, já respondeu várias das perguntas que eu tinha pensado acerca dos novos princípios. Quais são os novos princípios que precisamos que deveriam servir para não chegar à mesma situação do que antes? E com relação a talvez, porque dizemos, poderíamos servir para tirar o reconhecimento. Você já explicou em parte isso. Eu tenho outras perguntas, se me permitirem.

Tem a ver com a falta de reconhecimento ao não reconhecimento. Diz a ICANN e todos os outros RIRs devem oferecer um apoio razoável, se assim for solicitado, e eu me perguntava que significa se for solicitado.

Eu sei que ninguém quer intervir sem que peçam, mas às vezes é difícil que nos solicitem. Se tomarmos o exemplo da situação atual, quem deveria solicitar isso, as RIRs ou ICANN, talvez possamos dizer conforme correspondam. Estou pensando em voz alta.

HANS PETTER HOLEN:

Eu vou responder cada pergunta por vez. A nossa é uma organização que se rege pela Lei dos Países Baixos. Se outra instituição quiser vir vai ser difícil para ajudar numa crise, porque sempre que não tenhamos um problema de jurisdição, essas são organizações privadas que operam em diferentes países e é por isso que foi redigido assim.

É muito difícil para a ICANN vir ao meu escritório em Amsterdã e dizer aqui está a ajuda que pediram.

-
- MANAL ISMAIL: Entendo os motivos. Só digo que estou tentando aplicá-lo a situação atual e isso gera em mim certas perguntas. No glossário, eu me perguntava também o que significa quem tem os recursos? Nos referimos aos RIRs. Há uma mudança na terminologia?
- HANS PETTER HOLEN: Não há mudança de terminologia. No RIPE NCC temos dois tipos de recursos daqueles que têm os recursos, os RIRs e o termo membro se utilizam nos documentos diretrizes. Ou seja, há duas diferentes definições para o mesmo. Mas também temos os usuários finais que têm um espaço independente e que também têm recursos. Então, todos aqueles que têm um direito contratual registrado para utilizar certa quantidade de recursos. Talvez a terminologia legal seja diferente nas diferentes sessões, mas esse possuidor de recursos é o termo que nós utilizamos, esse detentor de recursos.
- NICK NUGENT: O ICP-2 V2 vai usar o termo detentor de recursos em lugar de RIR, ou em lugar de LIR. Podemos dividi-lo em três classes. De um lado, temos a necessidade de ter conhecimento das necessidades do post, também queremos utilizar a terminologia.
- Passamos de um mundo em que um detentor de recursos, um LIR ou um ISP, por isso estamos agora vendo outro possuidor de recursos. E depois temos o tema da internet, o RPKI não existia em 2001.
- Então, com relação ao que disse, estamos tentando utilizar um termo mais genérico e quero falar sobre um ponto que assinalou. É verdade, que enfatizei os princípios que me resultam mais interessantes visando

esse projeto de revisão. Mas quero dizer que esses princípios que estão lá, não são princípios novos, alguns estão implícitos em IPCP ICP-2.

Na versão atual de ICP-2 temos o desenvolvimento de procedimento de implementação. Então, mais uma vez, lamento se eu criei certa confusão enfatizando certos termos na apresentação.

NICO CABALLERO:

Obrigado, Egito. Obrigado Nick pela resposta. Temos Egito, Papua Nova Guiné.

RUSSELL WORUBA:

Obrigado senhor Presidente. Sou do governo de Papua Nova Guiné. Quero agradecer a ASO por essa fantástica apresentação. Os que estamos na região de Papua Nova Guiné, temos a sorte de nos beneficiar do bom trabalho que fazem os nossos colegas do escritório de APNIC.

Com a liderança de Paul Hansen e agora Jia Rong, e também o trabalho da fundação de APNIC. Meu comentário e pergunta se relacionam com quais são os princípios das relações do governo com um RIR. O princípio de sustentabilidade de um RIR com a fundação que tem APNIC sobre o direito de Hong Kong.

APNIC tem jurisdição, tem base na Austrália, em Brisbane. Trabalhamos com a fundação de APNIC para o lançamento do programa Papua Nova Guiné. A minha pergunta é a seguinte: como governo, assinamos o memorando de entendimento com APNIC para o desenvolvimento de

capacidades e para trabalhar para desenvolver a nossa infraestrutura digital e para trabalhar com o governo.

Quais são os princípios esperados na relação entre os governos e o RIRs para podermos avançar no nosso trabalho na região, especialmente regiões como a zona do Pacífico? Esse princípio está incluído aqui ou está incluído sob um título diferente? Obrigado.

HANS PETTER HOLEN:

Esse documento descreve a função de um registro regional de internet. Todos fazemos em APNIC, em NCC que é um centro de coordenação de redes. Temos uma função que é mais ampla que a dos RIRs, a criação de capacidades também faz parte disso. Então temos diferentes formas de assinar o memorando de entendimento. Isso é algo que desenvolvemos, é uma área na qual podemos nos incorporar se vocês acham certo.

A fundação da APNIC é algo que é diferente de RIR, de APNIC, é uma entidade diferente por mais que tenha o mesmo nome, se apoiem mutuamente de forma tal que eu não criaria a expectativa de que todos os RIS vão ter uma fundação que possa fazer trabalho de desenvolvimento de capacidades na sua região.

NICO CABALLERO:

Obrigado pela resposta. Tem a palavra Egito.

CHRISTINE ARIDA:

Muito obrigado pela apresentação tão interessante. Se me permitirem quero ir um pouquinho para trás. Quero recuar. Fala Christine Arida do Egito para os registros. Falamos na sessão de desenvolvimento de

capacidades acerca da ASO e quero fazer uma pergunta sobre o processo que estamos seguindo para revisão específica de ICP-2.

Pelo que eu entendo, vocês fazem uma consulta à comunidade na ICANN, e para além da ICANN, e depois a NRO, ASO vão coletar os comentários recebidos. Pelo que eu entendi, considerando que não há AFRINIC que esteja funcionando, há três espaços vazios, então não há representação africana nesse processo de levar a consulta para algo que fique concretizado no documento.

A primeira pergunta com relação ao processo é se existe espaço para indicar ou preencher essas vagas da comunidade africana para termos representação africana especificamente, porque acho que é um momento muito importante para o continente africano, é importante que façam parte, que participem na redação dessas regras. Por outra parte, o que acontece se temos mensagens que se contrapõem? Como podemos prever isso? E depois tenho perguntas específicas, mas vou pedir que responda a essas perguntas.

HANS PETTER HOLEN:

Obrigado pelas perguntas. Com relação ao processo, percebemos hoje que talvez não tenhamos feito o melhor trabalho na comunicação desse processo. Vamos melhorar a descrição do processo. Temos um calendário, mas é difícil identificar os passos do processo lá.

Atualmente, o Comitê Executivo da NRO solicita comentários sobre os princípios. Quando receberem esses comentários, vão analisá-los e talvez haja comentários que se contradigam. Bom, nesse caso talvez

seja necessário um próximo consulta ou poderão definir um curso de ação e com base nesses princípios, vão redigir um documento que depois será publicado para consulta pela comunidade.

E aí, vamos fazer novas consultas com a comunidade. Então, agora ao invés de fazer um documento novo, estamos analisando os princípios, e depois vamos redigir o novo documento. Se a pessoa não quer apresentar comentários agora, pode ser na próxima instância. Mas naquela época os princípios já vão ficaram um pouco definido.

Vamos a próxima pergunta que é mais interessante. Há três vagas, segundo o memorando de entendimento junto ao Board, o conselho da AFRINIC tem que escolher uma das pessoas para cobrir essas vagas e outros dois são escolhidos pela comunidade At-Large. É verdade que hoje a AFRINIC não tem uma diretoria, então não há uma pessoa que assuma essa função.

Então o substituto que existe neste momento oficialmente a cargo, talvez ele possa decidir quem pode ocupar essa vaga. E talvez depois pode ser feita uma eleição entre os membros da comunidade. Depois, o membro selecionado pode ser ratificado pela diretoria e essa seria então, de forma breve, a via de ação. Talvez existam outras formas mais criativas. A comunidade pode poupar alguns passos sobre o processo e avançar.

Temos que ver se isso é legítimo, se a representatividade é legítima. No caso, quando AFRINIC começou, existiam observadores da AFRINIC,

então eu gostaria de ter o amplo apoio da comunidade e não definir um processo. Mas, nesse caso, é uma coisa mais difícil, porque já passaram muitas coisas. No entanto, a forma de assegurar que essas vagas sejam ocupadas.

Mas quero que exista uma diretoria escolhida pelos membros para que a AFRINIC tenha a sua diretoria e possa avançar.

CHRISTINE ARIDA:

Muito obrigado por sua resposta. Sim, todos queremos a mesma coisa. Eu acho que o senhor disse que isso está em vigor até 6 de dezembro, esse processo de consulta, não é? Então, não sei qual é o processo legal ou o melhor processo, mas isso é outra questão. Quanto ao conteúdo, eu agradeço que tenha apresentado os princípios e eu tenho três perguntas.

É claro que o senhor mencionou a comunidade, a comunidade não está bem definida. É uma comunidade um pouco mais ampla, então há uma definição de comunidade pela qual se regem os registros regionais internet. A outra é --

HANS PETTER HOLEN:

É mais fácil para eu responder uma pergunta por vez. Em RIPE NCC, na minha comunidade, eles são os membros do registro ao qual eu faço parte e todos podem participar no desenvolvimento de políticas. O governo, a sociedade civil, o seu nível de cumprimento da lei. Eu não crio grupos separados para eles, mas sim, interajo de forma diferente, por exemplo, com jovens profissionais eu faço hackatons, com os membro do governo, vou para reuniões mais oficiais, ou reuniões mais

informais, que são bem diferentes dos hackatons que eu faço na universidade.

Então, para mim, a definitiva se trata de fazer a difusão e ter participação. Obrigado.

CHRISTINE ARIDA: Passo a palavra agora a outra pessoa e depois volto as minhas perguntas.

NICO CABALLERO: Sim, agora damos a palavra a Mauritânia.

MOHAMED EL MOCTAR: Obrigado por sua apresentação e por esses novos princípios que estão incluindo no documento ICP-2. Eu quero fazer duas perguntas. Primeiro, com respeito ao estudo de casos ao qual nós estamos referindo.

Em AFRINIC se o senhor vai levar em conta para os novos princípios. Sim, (inint) [00:39:15] vão levar em conta para evitar esses casos a futuro. E a outra parte desta pergunta é a seguinte: tiveram a chance de receber feedback de AFRINIC ou da comunidade africana de forma tal de incluir e aplicar esses comentários a casos reais?

HANS PETTER HOLEN: Eu vou responder cada uma das perguntas para não esquecer. Nós estamos muito conscientes da situação de AFRINIC a tal ponto que a informação é pública. Nós não temos acesso ao que acontece de portas para dentro dos tribunais, salvo quando se publica essa informação.

Mas nós tomamos ou levamos tudo isso em conta com base na informação que temos disponível.

Eu gostaria de receber comentários sobre como fortalecer a governança de um registro e os requisitos correspondentes. Nós, na minha organização, temos disposições estatutárias. Podemos fazer eleições inclusive se desaparece toda a diretoria. Eu, como diretor executivo, posso convocar eleições. Antes precisamos um coro muito alto. Tudo isso não estaria nos princípios, mas na parte dos documentos operacionais dos RIRs.

Com respeito à difusão na África. É muito difícil quando a AFRINIC não está funcionando totalmente. O pessoal da AFRINIC organizou os seminários web, houve uma reunião cúpula da internet na África e Maurícias no mês de dezembro. Se o senhor puder sugerir ideias para ajudar os colegas de AFRINIC e também para trabalhar com outras organizações, com todo prazer vamos colaborar. Como o senhor falou, devemos ser convidados. Não podemos ser nós quem vamos sem sermos convidados aos seus próprios processos.

MOHAMED EL MOCTAR:

Obrigado. Agora tenho uma pergunta com respeito a este novo princípio anticaptura. Gostaria de saber se esse princípio seria de utilidade, sendo que vocês já identificaram vários critérios ou princípios que garantam a transparência, a inclusão na comunidade e todos os fatores que garantem, teria que cumprir com a sua missão, com independência de quem, entre aspas, é titular ou possui esse RIR.

HANS PETTER HOLEN: Um dos requisitos atuais é que seja uma organização de membros. A implementação jurídica varia conforme cada jurisdição. O RIPE NCC somos uma organização de membros sob a lei dos Países Baixos, ou seja, temos um voto por cada membro e é possível a captura aí, bom, teríamos que ver cada caso e ver quais são os mecanismos jurídicos para evitar a captura. Nós temos 20.000 membros.

Então é muito difícil chegar a uma captura. Então, eu não sou um especialista em como evitar a captura de organizações, mas sim, eu acho que é um princípio muito importante e gostaríamos de saber as perspectivas da comunidade e saber se está formulada, se a princípio de forma correta e como proceder daqui em diante.

NICO CABALLERO: Muito obrigada. A Nigéria e o Reino Unido pedem a palavra. Por favor, Nigéria.

ADERONKE SOLA-OGUNSOLA: Coincido com a Mauritânia. Obrigada ASO pela apresentação. Eu acho que o que me chama a atenção quando eu vejo a apresentação dos princípios, é o tema da anticaptura. O que esperam vocês a respeito, que comentários esperam por parte da comunidade, dos seus membros e também de uma perspectiva governamental?

O que esperam de nós para ajudá-los nesta questão do princípio anti-captura. Alguém do RIPE falava de não ser uma autoridade. Enfim, eu sou de uma entidade reguladora. E sim, queremos ter a certeza e que exista independência e de que essas organizações tenham -- Mas outra

vez, que tipo de comentários esperam de nós com respeito a esse princípio?

HERVÉ CLEMENT:

Não temos ideia dos comentários que vamos receber. Queremos saber o que pensa a comunidade, o que pensa sobre este princípio anti-captura, nós propomos, bom, pode ser um problema em algum caso, pode existir também alguma situação nas votações que seja de propósito, mas é uma coisa mais específica que queremos conseguir.

Para nós, a anti-captura é um problema que devemos receber justamente para nos proteger desse problema.

NICK NUGENT:

Agradeço a pergunta porque justamente concretiza um pouco, apresenta o objetivo desta consulta. Primeiro, a quem ou quem está preocupado pelo princípio da captura? Talvez nós estamos preocupados e os outros não, isso é muito importante. Então devemos conhecer o grau de preocupação.

Em segundo lugar, quão factível e possível é essa captura de um registro regional da internet? Há diferentes organizações e estruturas e governanças.

Em terceiro lugar, se queremos ter disposições mais detalhadas no documento final sobre este tema da captura que mecanismos temos que levar em consideração? Podemos então ser um pouco mais específicos no texto, referir-nos a percentagem de membros da diretoria, a não ter membros afiliados a outras entidades e etc.

Então por enquanto ficamos com princípio geral e esperamos os comentários da comunidade, porque aí podem surgir boas ideias. Em quarto lugar, quais são os riscos? Sempre está o potencial de ter consequências não desejadas. Então, aqui temos quatro devoluções que são muito importantes e que seriam de muita utilidade para nós desde que se estejam dispostos a compartilhar seus comentários.

NICO CABALLERO:

Obrigado, Nigéria, por seus comentários. Agora assume a palavra o Reino Unido.

NIGEL HICKSON:

Queria falar do processo por um instante. Muito obrigado pelo resumo sobre o que talvez aconteça. Eu tenho duas ou três perguntas específicas. Depois de ter trabalhado com esses documentos e ter feito as consultas pertinentes, o senhor mencionou que a ICANN tem que dar a sua aprovação antes de continuar o trabalho. Então, queria perguntar como é essa aprovação? Eu sei que é uma repetição do que aconteceu em 2000. Naquela época, a diretoria da ICANN aprovou esses princípios da época. Então eu pergunto que tipo de consulta vamos fazer quanto ao mecanismo. Eu sei que estão consultando com todos quais são os princípios e estão falando sobre esses princípios com todos. Mas qual seria o caminho a seguir? Em segundo lugar, qual seria a próxima etapa? Me corrija se estou errado, mas uma vez que estão os princípios, tem que continuar trabalhando para dar um pouco mais de substância e depois disso há um documento final que atravessa um período de consulta. É assim que funciona?

HANS PETTER HOLEN:

Eu não disse que os princípios vão passar a diretoria para aprovação, mas o documento final vai ser aprovado pela diretoria. Todos os processos da ICANN mudaram muito nos últimos anos e eu não conheço exatamente todos os detalhes sobre todos os processos da ICANN, mas vamos deixar isso bem claro nas comunicações a emitir. Mas eu acho que a diretoria da ICANN vai querer que se realize o processo de consulta normal, a recomendação do GAC e tudo que faça parte do trabalho padrão. Mas isso vai acontecer no final do processo da comunidade.

Por enquanto estamos consultando através de consultas da ICANN, e através também do processo da RIR, e queremos ser os mais amplos possíveis. Em última instância, vamos cumprir os processos normais da ICANN. Não posso agora mencionar todos os processos, mas eu vou responder para que o senhor fique tranquilo enquanto aqui não estamos tentando evitar qualquer processo.

OWEN FLETCHER:

Queremos parabenizar a ASO por publicar esses princípios, pela implementação em versão atualizada do ICP-2.

Apoiamos o trabalho para destacar ou reforçar o sistema multilateral na governança da internet e aumentar a sua flexibilidade. Porque no sistema multisetorial precisamos ter uma internet aberta e global e tem que poder evoluir para que sempre continue sendo robusta. Por isso, recebemos com beneplácito os princípios que estão sendo publicados para receber contribuições e vamos continuar acompanhando todas as deliberações quanto a ICP-2 e com muito interesse.

Também queremos incentivar os membros do GAC interessados no tema que façam uma revisão no princípio e vemos a enquete e vemos que podemos preencher no website da RNO e também no espaço de comentários públicas da ICANN. Eu sei que isso já foi feito, mas queria verificar o fato de que a enquete fosse a mesma e que se tratasse da mesma forma com a independência de onde se responda. Também há perguntas de escolha múltipla para várias perguntas.

HERVÉ CLEMENT:

Eu diria que é o mesmo formulário. A ideia é que esteja o mesmo texto e que existe a possibilidade de receber os mesmos resultados através dos dois canais.

NICO CABALLERO:

Muito obrigado. Reino Unido quer falar de novo? Tem a palavra então Egito.

CHRISTINE ARIDA:

Obrigado, Nico. Tenho uma pergunta sobre autoridade. Sob autoridade dizem que caso haja a necessidade de (inint) [00:52:46] e passando pelos RIRs individuais. Essa é uma posição coletiva da NRO ou depende de cada RIR individual? Se a falta de conhecimento de um RIR em particular, isso seria em consulta com a SRIR ou é a RNO quem se ocuparia disso?

HANS PETTER HOLEN:

Acho que se ler com cuidado o texto verá que diz que a ICANN deve ter sido consultado primeiro e deve ter dado uma resposta de fundo a cada RIR. Eles devem fazer suas contribuições para a forma em que no

processo de decisão. Mas da forma que está agora, minha comunidade poderia dizer não, você deveria resolver isso.

Acho que é um princípio importante e nós entendemos que temos que ter em conta a forma em que os RIRs estão nessa situação, para estar certos de que a decisão conte com todos os fatos. Um comentário do membro da comunidade é que deveria ser da comunidade mais ampla, ou seja, que talvez aqui cheguem mais comentários ou contribuições que deem forma de agora em diante.

CHRISTINE ARIDA:

Última pergunta. Todos esses princípios, obviamente vão ser mais detalhados e quando se detalharem, vão variar de uma região para outra? Ou seja, se tomarmos, por exemplo, o princípio de anti-captura, o documento vai dizer que há medidas e depois vai deixar que cada RIR decida ou haverá uma medida específica com relação a forma de fazê-lo?

NICK NUGENT:

O documento não varia por RIR, mas talvez haja alguns princípios que deixem alguns documentos a descrição dos RIRs e a anti-captura poderia ser uma delas.

NICO CABALLERO:

Muito obrigado. Voltando para o tema da falta ou não reconhecimento. Quais são os procedimentos estabelecidos para não ser responsáveis pelos recursos? Se um RIR perder o conhecimento, por exemplo, em que medida a ASO ou ICANN garantem de que haja uma transição sem inconveniente que minimize as alterações, que minimize o impacto que pode ter sobre as comunidades afetadas?

HANS PETTER HOLEN: Tivemos alguns exemplos no passado. Tivemos problemas com LACNIC ou esta situação com LACNIC, AFRINIC, houve boa cooperação com o pessoal dos RIRs. AFRINIC, o pessoal dele, trabalhou desde Amsterdam, houve estreita colaboração. Nós tivemos ajuda e depois a organização começou a trabalhar a partir daí.

A AFRINIC também utiliza recursos que se transferem também de lá. E num cenário mais difícil, que estou considerando, como posso custodiar meus dados em um lugar mútuo, seja diretamente com a Guiana, com uma empresa subcontratada. E uma das coisas difíceis é saber quais são os dados que devo custodiar e os dados do WHOIS se podem compartilhar com outros RIRs, mas meus dados de negócio não, devido a confidencialidade.

E há outras regras de negócio. Então é complexo saber quanto é que é necessário. É diferente do registro de nome de domínio, onde é necessário um e-mail, um cartão de crédito, então não temos uma resposta completa para essa pergunta. Mas é algo que está entrando na nossa análise de risco, mas está incorporado aos quadros de governança individual e estamos comparando notas para ver em que medida é apropriado fazê-lo assim.

NICO CABALLERO: Hans, temos tempo para uma pergunta e tem a palavra a Nigéria.

NIGERIA: Oi, Nico. Queria dizer que temos muitas perguntas no chat, só para que você saiba.

NICO CABALLERO: Obrigado, Nigéria. Não tenho tempo de ler agora, mas obrigado por me avisar. Temos três minutos. Mais alguém quer tomar a palavra? Países Baixos tem a palavra.

ALISA HEAVER: Pelo bem das perguntas feitas no chat, sugiro que sejam enviadas essas perguntas a ASO para que possa respondê-la.

NICO CABALLERO: Pessoal do GAC, pode ajudar? Porque não posso prestar atenção a sessão, prestar atenção às perguntas e ler todas elas. Na realidade sou bobo, não posso fazer tudo isso junto. Há alguma outra pergunta? Não?

HANS PETTER HOLEN: Se vamos fechar. Quero agradecer aos voluntários e quero enfatizar o fato de que o conselho de direção está formado por voluntários que fazem esse trabalho e fazem através da internet. Há o pessoal do RIRs, mas a grande parte do trabalho quem faz são os voluntários, muito obrigado.

NICO CABALLERO: Muito obrigado. Acabamos um minuto antes. Para além de desfrutar o café, por favor, voltem às 16h30 para a segunda sessão de redação do comunicado. Por favor, procurem dupla porção de cafeína. Obrigado.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]